

# Direita vê desvio na Constituição

## Para Maciel e Richa, eleição 88 vai passar

Os senadores José Richa, do PMDB, e Marco Maciel, do PFL, reconheceram ontem que será muito difícil evitar a aprovação de emenda prezonizando eleições presidenciais diretas em 1988. Os dois estiveram reunidos, a portas fechadas, no gabinete do governador do Paraná.

O presidente do PFL prefere a solução presidencialista com o fortalecimento do Legislativo e do Judiciário, admitindo, porém, a adoção do parlamentarismo após o término do mandato do sucessor do presidente Sarney, que vier a ser eleito em 88 (ou 89, hipótese que acham remota).

O ex-governador do Paraná, contudo, ainda acha que o melhor remédio à crise nacional que aí está seria o parlamentarismo. Richa, a ao fecha as portas ao exame de um projeto presidencialista que admita uma futura implantação do sistema de gabinete.

## Bancada de Minas estuda eleições já

Parlamentares do PFL e do PMDB dissidentes de Minas estão estudando a possibilidade de iniciar em Minas o movimento pelas eleições gerais em 1988, de presidente a vereador, incluindo, principalmente, governadores de estado. A proposta submetida a exame leva em conta a possível iniciativa do presidente Sarney, de encaminhar ao Congresso Nacional projeto de emenda constitucional, convocando eleições gerais, "zerando tudo".

O assunto foi abordado, sem maior profundidade, na reunião realizada, há dias, entre os integrantes da bancada federal do PMDB mineiro e dissidentes do partido em Minas que fazem oposição ao atual governador. A iniciativa foi do deputado pefelista Humberto Souto, que solicitou aos parlamentares dos dois partidos examinarem o assunto, pois há notícias de que o presidente Sarney estaria se decidindo a encaminhar ao Congresso Nacional — e não à Constituição — proposta neste sentido.

"Antes que o Sarney o faça, o Congresso deveria fazer, começando por Minas, de onde surgiu a Nova República em 1984, com Tancredo Neves e Aureliano Chaves", disse Humberto Souto, um dos pefelistas favoráveis ao rompimento do seu partido com o governo do presidente Sarney.

Na reunião de pefelistas e peemedebistas dissidentes de Minas, a opinião generalizada foi no sentido de que está cada vez mais clara a tendência da sociedade e da Assembleia Constituinte, pelas eleições presidenciais no próximo ano. Para muitos, o ideal seria as eleições amplas, gerais, sempre incluindo os governadores". Foi dito na ocasião que se o presidente Sarney enviar proposta de eleições gerais em 1988, o Congresso poderia aprovar somente a de presidente da República — com os parlamentares preservando os próprios mandatos e agravando o quadro de desgaste do Poder Legislativo perante a opinião pública.

Para os mineiros, eleições gerais devem incluir, necessariamente, a de governadores. Caso contrário, eles usarão a máquina administrativa para "esmagar" os que lhes fazem oposição.

Diap aponta motivo justo para demitir

O presidente do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Antônio Octaviano, esclareceu ontem que as demissões que ocorreram nos meses de setembro na entidade já foram todas resolvidas nas suas questões contratuais não havendo qualquer ação judicial.

Octaviano disse que as informações divulgadas por fonte que ele desconhece estão "cheias de inverdades" e têm como objetivo prejudicar a luta do Diap pela aprovação da estabilidade no emprego na Constituinte. O presidente disse ainda que as demissões de sete dos onze funcionários se deveriam a "um fator econômico intransponível", já que a entidade ficou sem dinheiro por negligência do Ministério do Trabalho.

Segundo ele, as verbas que deveriam ter sido repassadas em maio para o Diap pelo Ministério do Trabalho, não o foram, fazendo com que faltasse dinheiro e fosse necessária uma atitude de corte de gastos. Como até setembro a Caixa Econômica Federal, que efetuará o repasse do dinheiro do Ministério, só o tivesse feito pouco, a direção do Diap optou por reduzir o quadro de empregados.



José Lourenço com Inocêncio de Oliveira: a crise ameaça antecipar eleições

# Diretas-88 contagiam as lideranças do PFL

O líder do PFL na Constituinte, deputado José Lourenço (BA), está convencido de que a crise econômica chegou a um ponto insustentável e por isso, as eleições diretas para presidente no próximo ano estão ficando inevitáveis. Acha que, mantido o quadro atual ou havendo agravamento, elas serão realizadas no prazo de 120 dias após a promulgação da nova Constituição, que deve ocorrer em março.

O presidente do PFL, senador Marco Maciel (PE), defensor entusiasta dos cinco anos para o presidente José Sarney, de acordo com a tradição republicana, já se convenceu de que haverá eleições em 88. Maciel continua lutando pela candidatura do ministro Aureliano Chaves, mas alguns deputados do PFL estão preferindo a do empresário Antônio Ermirio de Moraes, que ainda não ingressou no partido.

## DESANIMO

Lourenço, que nos últimos dias tem sido um dos principais defensores do presidente José Sarney, mesmo em conversas informais, está perdendo o entusiasmo pelo mandato de cinco anos. Em reserva, admitiu, para deputados do PFL, que a campanha por ele, admitiu, para deputados do PFL, que a campanha por ele, admitiu, para deputados do PFL, que a campanha por ele...

## CRISE

O deputado Sarney Filho (PFL-MA) criou ontem um grande mal-estar na bancada de seu partido com a declaração de que não havia assinado o manifesto do "Centrao" porque era de

ca. Na sua compreensão, a realização de eleições desvirtuaria o voto do povo e evitará uma crise social imprevisível. O país se recuperará da apatia e terá pelo menos mais um ano de expectativa. Como, porém, a ansiedade é considerável, Lourenço acredita que as eleições se realizarão no prazo de 120 dias após a promulgação da Constituição. Existem várias emendas neste sentido, a primeira das quais é do senador Rui Bacelar (PMDB-BA).

Até agora o líder do PFL acredita que o presidencialismo vencerá a disputa contra o parlamentarismo, pois o apóiam parte do PMDB (grupo Covas), a maioria do PFL, todo o PDT e o PT e razoável parcela do PDS. Com o presidencialismo não haverá necessidade de eleições gerais, mas se for mantido o parlamentarismo estas são inevitáveis e éticas.

"Não fazê-las — afirma Lourenço — é uma traição à Nação. Nenhum parlamentar foi eleito para ser primeiro-ministro. O parlamentarismo exige nova consulta ao povo".

## CRISE

O deputado Sarney Filho (PFL-MA) criou ontem um grande mal-estar na bancada de seu partido com a declaração de que não havia assinado o manifesto do "Centrao" porque era de

# Eleição geral não passará, prevê Scalco

O 1º vice-líder do PMDB na Constituinte, deputado Euclides Scalco (PR), prevê ontem que se o presidente Sarney enviar ao Congresso Nacional projeto de emenda constitucional, convocando eleições gerais para 15 de novembro de 1988, "correrá o risco de ver aprovada alteração na mensagem, confirmando apenas eleições presidenciais no próximo ano".

O parlamentar paranaense assegurou que a proposta de Sarney de eleições gerais, de presidente a vereador, além de não ser aprovada, sofrerá duras críticas. Na sua opinião, os que seriam atingidos estão no exercício legítimo do mandato popular, o que não é o caso do Presidente. "Tancredo ainda teve o voto indireto para Presidente. Sarney nem isso", acentuou.

Euclides Scalco, conversando informalmente com jornalistas do Comitê de Imprensa da Câmara, na tarde de ontem, informou que só falta um voto para a maioria absoluta da Comissão de Sistematização aprovar emenda de eleições presidenciais em 88. Dos 93 integrantes da comissão, disse ele, 46 são a favor, 35 contra e há 13 indefinidos. "A tendência é pela aprovação", assegurou o vice-líder do PMDB.

# MUP pensa em Funnaro para a Presidência

O ex-ministro Dilson Funnaro pode sair candidato à Presidência da República pelo novo partido que está sendo articulado por dissidentes do PMDB, hoje reunidos na facção Movimento de Unidade Progressista. Em duas reuniões com mais de vinte integrantes do MUP, a primeira na quinta-feira e a última ontem, o empresário paulista foi francamente sondado sobre esta possibilidade. Não só disse estar aberto a aceitar o programa que executaria se chegasse ao governo.

Em seus encontros com os dissidentes peemedebistas, Funnaro considerou a conjuntura econômica "bastante preocupante", atribuindo-a principalmente à indecisão do Planoalto e à falta de uma hierarquia de prioridades. Ele também condenou a forma de negociação da dívida externa, pregando a manutenção da moratória até que seja obtido um acordo que beneficie os interesses brasileiros. FMI, nem pensar.

Ainda na área econômica, o ex-ministro da Fazenda e os integrantes do MUP foram unânimes em reagir contra a conversão da dívida externa em capital de risco. Esta hipótese eles só admitem se o assunto for antes cuidadosamente examinado pelo Congresso. O objetivo é impedir que sejam firmados acordos prejudiciais à soberania econômico-financeira do País.

Outro assunto constante do cardápio dos encontros (um almoço na quinta-feira e um café da manhã ontem) foi a criação de zonas de exportação. A conclusão é de que esses locais terminariam se transformando em centros importadores e favorecendo o contrabando, especialmente de eletroeletrônicos.

## DIRETAS

Depois que Dilson Funnaro expôs suas opiniões econômicas, o MUP quis falar de política. Começou afirmando que o nome do ex-ministro poderia ser uma "excelente alternativa" para a Presidência da República pelo futuro partido a ser criado pelos dissidentes, em eleições diretas no próximo ano. Além dele, o movimento trabalha com outras duas alternativas, ambas de São Paulo: os senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, que teriam acolhida na legenda no momento em que se decidissem a abandonar o PMDB.

Se espermava uma resposta mais definitiva de Funnaro, os membros do MUP receberam dele a mesma resposta que têm ouvido dos dois senadores paulistas: é preciso esperar mais um pouco, pelo menos até o final da Constituinte, para fundar o novo partido. O ex-ministro ainda considera "recuperável" a imagem peemedebista junto ao eleitorado. Só deixará o partido quando o atual desgaste se tornar irreversível. Ai sim, aceita ser candidato.

Pelo menos na parte mais exaltada do MUP, as declarações do empresário clamam como uma ducha de água fria. E cada vez maior o número de parlamentares que pressionam a facção a definir-se logo, sob o argumento de que é preciso iniciar rapidamente a estruturação nacional da nova legenda com vistas às eleições municipais do próximo ano.

## A. C. SCARTEZINI Especial para o CORREIO

As críticas aos "desvios socializantes e comunizantes" da Constituinte formaram a pauta da última reunião do Centro Brasileiro de Defesa da Democracia, na noite de quinta-feira no Rio, tendo como estrela o jurista Antônio Neder, nomeado pelo general Médici para o Supremo Tribunal Federal em 1971. "O parlamentarismo é o caminho para 64", advertiu Neder dizendo que a confirmação do regime de gabinete pela Constituinte pode abrir caminho para um novo golpe de Estado.

Neder argumentou também que, se o presidente Sarney encontra dificuldades para governar o País sob o presidencialismo, "imaginem com dois mandatos..." Os dois seriam o Presidente da República e o Primeiro-Ministro, cuja competição pelo poder, prevista pelo conferencista, agravaria ainda mais a crise brasileira.

"Os brasileiros ainda não estão preparados para o parlamentarismo", concluiu Neder e responsabilizou, em seguida, a Comissão de Sistematização da Constituinte por desvios em seus trabalhos.

A Constituinte está mais preocupada com a sua imagem própria do que com o Brasil.

Por causa desse desvio, Antônio Neder prevê que a nova Constituição não estará pronta antes de abril do próximo ano, embora haja pressões, como a dos direitistas do Centro Brasileiro de Defesa da Democracia, para que o projeto constitu-



Neder

cional se submetta imediatamente à deliberação final do plenário da Constituinte.

Mas as críticas foram além da Constituinte e o jurista Neder estendeu aos políticos em geral sua denúncia sobre a prevalência dos interesses pessoais acima dos nacionais. Ilustrou a sua tese com o atrito entre Sarney e o senador Marco Maciel, presidente do PFL, numa disputa regida por interesses políticos regionais.

## AREUNIAO

Aberta pelo brigadeiro Márcio Coqueiro, da reserva da Aeronáutica, com a denúncia de que a Constituinte abriga teses que "destróem a própria democracia", a reunião considerou que os "desvios socializantes e comunizantes" dos constituintes repouam, por enquanto, em matérias como a reforma agrária, o pagamento da hora extra em dobro para os empregados e a jornada semanal de 44 horas de trabalho — "quando o País

precisa de 60 horas". Admite o Centro Brasileiro de Defesa da Democracia que, nessas matérias, a Constituinte pretende acelerar a luta de classes aguçando as disputas entre patrões e empregados. Por isso, os direitistas acusam Sarney de não impor a autoridade presidencial para reduzir os atritos políticos, surgidos exatamente no momento em que o Governo não discutia a dívida externa com os banqueiros internacionais.

Essas conclusões formavam consenso na platéia de quinta-feira, na qual pontificavam, além de Neder e Coqueiro, o professor Jorge Boaventura, o general José Luiz Coelho Neto, o brigadeiro João Paulo Burnier e outros militares da reserva e ativa, todos convocados discretamente para a reunião, embora esta fosse aberta.

Era o primeiro encontro dos direitistas desde que, nove dias antes, o ministro Leonidas Pires Gonçalves desafiou os militares insatisfeitos com o processo político a testarem sua liderança sobre o Exército — e era a segunda reunião aberta do CBDD, depois que, no começo de outubro, Jorge Boaventura foi o conferencista da primeira.

Acertou-se, no Rio, que o circuito de conferências do CBDD será estendido a outras áreas, a começar por Curitiba, Brasília e Belo Horizonte, ainda porém, sem calendário definido. A definição deve ocorrer em clima da hora, para evitar que as autoridades militares possam esvaziar as reuniões.

## O engano do parlamentarismo

preendente que se registre hoje tamanho afastamento em relação às plataformas, ou, ainda, uma decisão tão grave em relação ao assunto que não chegou a ser considerado em suas proporções. Diante disso, podemos concluir que estamos diante de uma concepção elitista, onde o parlamentarismo é visto como algum iluminado, que deve levar o povo e a pátria aos destinos que considera mais adequados? Estaríamos diante de fatos tão novos, em relação a quase um século de presidencialismo, que obrigariam os constituintes a uma mudança histórica de rota? Ou estaríamos legislando para o casuísmo?

Se uma Constituição deve ser legítima e duradoura, devemos ter largueza de vistas e atender para a vontade do povo. Como em 1961, parece que estamos olhando a conjuntura e esquecendo a estrutura. Naquele ano o parlamentarismo foi adotado como uma solução conciliadora que se sabia pouco durável. Tanto assim que João Goulart, logo em seguida, começou a lutar para provar que o parlamentarismo era inadequado. As sucessivas crises, a falta de fisionomia clara dos partidos políticos, a instabilidade estável do País se encarregaram, entre outros fatores de levar o eleitorado a preferir em plebiscito, por larga margem, o presidencialismo.

Teríamos a honra democrática de aceitar uma possível adoção do parlamentarismo se não tivéssemos dúvidas de que ele é escolhido por suas virtudes. No momento, enxergamos cada vez mais uma atitude de avaliação do governo presente, o que é extremamente grave. Se a avaliação não é boa, reduzem-se os poderes presidenciais. Se a avaliação fosse muito boa, talvez corresse o risco de ver políticos clamando pela roação de um presidente como Imperador. Afinal, não existem outros meios de se fazer oposição a um governo senão através de

mandamentos constitucionais? Será razoável fazer oposição ao governo presente e aos futuros, trocando a relativa permanência da Lei Maior por disposições que se encontram fadadas a morrer mais adiante, numa reforma constitucional?

Acreditamos na sinceridade de escolher por parte de parlamentaristas sérios. Todavia, o número de aderentes é tão alto, a fé no regime é tão nova e inopinada que nos colocamos na posição de separar o joio do trigo. Parece até um movimento messiânico, pois de repente o regime parlamentarista aparece até mesmo como uma vacina eficaz contra a própria instabilidade política. Na verdade, as raízes da nossa instabilidade são mais profundas e se encontram basicamente nos contrastes sociais do País e na falta de responsabilidade de pequenos grupos ladinos — de ambos os lados — que, em certos momentos, polarizam o debate e acabam dominando a cena. Com isto, não se consegue alcançar nem as mudanças necessárias a uma sociedade mais justa, nem desmascarar os que se aproveitam da situação para propor totalitarismo com o falso nome de democracia. Fazemos, por assim dizer, um jogo de sombras, onde se evita assumir o que se é. Os "democratas" podem ser demarcados ou podem ser demarcados usando o nome da democracia. Os defensores da livre iniciativa podem defendê-la ou justificá-la como uma competição tão desigual como a que existe entre gigantes e anões. Até quando nos perderemos nas sombras, nos casuísmos, nas soluções imediatistas e evitaremos o desafio de construir coerentemente uma sociedade capaz de enfrentar o futuro?

Euclides Brito da Silva é professora da UNB, vice-presidente do Conselho Mundial de Educação Comparada e suplente de deputado federal pelo PFL-DF

## EURIDES BRITO DA SILVA

O País teve no ano passado as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte. Candidatos se apresentaram, plataformas foram expostas, soluções para o Brasil foram amplamente discutidas. Num clima de liberdade, em comícios, em pequenas ou grandes reuniões, pelo rádio, imprensa e televisão, cada um apresentou suas idéias. O eleitorado, diante deste panorama, pôde escolher os seus representantes para escreverem a nova Constituição. E portanto, de se esperar que, num regime democrático, os mandatários do povo (isto é, os que dele receberam mandato, procuração) sejam fiéis às suas propostas. Entretanto, deparamo-nos com uma caixa de surpresas. Em vez de a nova Carta Magna, em elaboração, espelhar os grandes temas e as grandes soluções da campanha eleitoral, descamba por outros caminhos. Não nos lembramos em momento algum de os candidatos hoje eleitos terem apresentado o parlamentarismo como uma grande solução nacional. Não assistimos a nenhuma séria controvérsia sobre os regimes de governo, se o presidencialismo é pior ou melhor que o parlamentarismo. Não vimos a opinião do povo ser sondada a respeito desse assunto, nem os candidatos submeterem ao crivo do eleitorado propostas desta ordem. Havia, é claro, parlamentaristas notórios em campanha. Mas o que nos causa profunda estranheza é que uma mudança tão importante não tenha sido debatida com o povo e agora, na Comissão de Sistematização, alcance tão expressiva maioria.

## Coronel libertado não silencia

Liberado ontem à tarde do quartel do 28º Batalhão de Infantaria Blindada, onde passou os últimos 10 dias em prisão disciplinar determinada como punição por críticas feitas ao ministro do Exército, Leonidas Pires Gonçalves, o coronel da reserva Geraldo Lesbal Cavagnari divulgou nota reafirmando seu pro-

pósito de continuar desenvolvendo trabalho de análise do papel das Forças Armadas na realidade brasileira. A nota foi distribuída pela assessoria de imprensa da Unicamp, já que o coronel Cavagnari viajou logo após deixar a prisão.

Pesquisador contratado no Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade

# Magalhães quer candidato já

Recife — Ao chegar hoje de Brasília, onde esteve como presidente nacional do PFL, Marco Maciel, o ex-governador Roberto Magalhães previu que a única maneira de se evitar que o partido rache ao meio na Convenção Nacional prevista para o início do próximo ano é lançando um candidato a presidente da República e aderindo oficialmente à campanha pelas eleições diretas em 88.

Ele disse que sentiu um clima de muito desânimo em Brasília, tanto em relação à Constituinte como no que diz respeito ao futuro do país, e não vê outro caminho para devolver um mínimo de esperança à população senão marcando

Magalhães quer candidato já

Magalhães quer candidato já

Magalhães quer candidato já

# Constituição e monopólio

ção da vontade coletiva no poder de decisão, esse Projeto busca a socialização sem dogmatismo. Por isso, "à uniformidade administrativa imposta", prefere "a solidariedade livremente escolhida por cidadãos e coletividades responsáveis". Dentro dessa linha, visa a limitar o poder regulamentar do Estado e a conferir às intervenções públicas um "papel-piloto". O objetivo fundamental é descentralizar o poder para que os cidadãos tenham influência "mais direta na imensa empresa de transformação social". Nesse processo, evidentemente, monopólio só será instituído quando essencial a mudança de profundidade.

O atual Projeto de Constituição, para o Brasil, em exame na Comissão de Sistematização, não se afasta desse espírito. Baseando a ordem econômica na "valorização do trabalho humano e na livre iniciativa", e s t a b e l e c e c o m o princípios, entre outros, a função social da propriedade, o pleno emprego e a redução das desigualdades regionais e sociais (art. 191). Além disso, conceitua empresa nacional e brasileira de capital estrangeiro (art. 192 e §1º) e prevê que o Estado "exercerá funções de controle, fiscalização, incentivo e planejamento" da atividade econômica (art. 195). Em forma demasiado restritiva, dispõe que "a intervenção do Estado no domínio econômico e o monopólio só serão permitidos quando necessários para atender aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei" (art. 194).

Para resguardar a ordem democrática e a livre iniciativa, não é necessário que a Constituição seja excessivamente limitativa da capacidade de intervenção de monopólio do Estado. As fórmulas rígidas entram em conflito, de ordinário, com a realidade, que é sempre mutável e pre-

ponderante sobre as regras de rigor textual. A fim de preservar os princípios e sua validade é prudente não endurecê-los na sua letra, para que possam abranger e disciplinar fatos variáveis e segundo suas circunstâncias relevantes. Se a intervenção e o monopólio do Estado são condicionados ao caráter essencial das situações criadas diante do interesse público, o legislador e o administrador estão contidos nas suas iniciativas e, ao mesmo tempo, munidos de elementos necessários para a ação apropriada. Não é a ênfase, nem o pormenor, mas a objetividade, que define a boa diretriz.

Magalhães quer candidato já